

OS “DIPLOMATAS DE MACACÃO” NA AGRICULTURA LATINO-AMERICANA: UM DEBATE SOBRE O AUXÍLIO TÉCNICO DOS ESTADOS UNIDOS A PAÍSES DA AMÉRICA LATINA (1949-1954)

“DIPLOMATS IN OVERALLS” IN LATIN AMERICAN AGRICULTURE: A DEBATE ON UNITED STATES TECHNICAL ASSISTANCE TO LATIN AMERICA (1949-1954)

Natália Abreu Damasceno¹

Resumo: Este artigo discute os objetivos e a operacionalização dos programas estadunidenses de auxílio técnico destinados à agricultura de países da América Latina. Nos anos de 1950, em plena Guerra Fria, o setor agrícola de repúblicas latino-americanas recebeu, entre outras intervenções técnicas, pesticidas, programas de melhoramento do solo e o estabelecimento de cursos e consultorias ofertados por *experts* estrangeiros. Examinando fontes como relatórios dos programas de auxílio, atas de discussões no Congresso dos Estados Unidos e artigos de periódicos científicos da época, entendemos que, por meio de promessas de desenvolvimento fruto de parcerias entre agências do governo dos EUA, governos latino-americanos e corporações privadas intencionou-se operacionalizar um alinhamento da agricultura e da vida rural na América Latina às demandas estadunidenses por mercados, matérias-primas e segurança nacional.

Palavras-chave: auxílio técnico; relações EUA-América Latina; desenvolvimento.

Abstract: This article discusses the objectives and the operational aspects of US agricultural technical assistance programs in Latin America. During the 1950's, in the initial stages of Cold War, pesticides, soil improvement programs, courses and foreign consultancy, among other kinds of technical interventions, were aimed at the agricultural sector of Western hemisphere countries. By examining documents such as the assistance programs reports, US Congress minutes and publications in 1950's academic journals, we understand that, under promises of development made by the US government, in association with Latin American governments and private corporations, there was the intention of aligning Latin America's agriculture and rural life to the United States' demands for markets, raw materials and national security.

Keywords: technical assistance; US-Latin America relations; development.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Substituta do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8972795630011253>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0808-5953>. Essa pesquisa foi realizada com o fomento da Capes entre 2018 e 2022. E-mail: abreunatalia@gmail.com.

1.0 INTRODUÇÃO

O fim da Segunda Guerra Mundial foi um período de amplas elaborações no debate internacional sobre (sub)desenvolvimento² e auxílio técnico. Ao passo que periódicos científicos publicavam artigos sobre o tema a partir das mais diversas abordagens disciplinares, em 1949, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas se engajou em estudar os problemas de desenvolvimento econômico em várias áreas do mundo com vistas a elaborar um programa multilateral de assistência técnica. Neste mesmo ano, o presidente Harry Truman anunciou o Ponto IV, um programa estadunidense voltado ao impulsionamento e sistematização da assistência técnica para países da África, da Ásia e da América Latina com ampla participação do capital privado (JAMES, 1951).

Subsequentemente, em 1950, a ONU inaugurou o *Technical Assistance Program*, por meio do qual operacionalizou a expansão da sua assistência técnica e levantou aproximadamente 20 milhões de dólares distribuídos entre diversas agências da organização, dentre elas, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Ainda em 1950, nos Estados Unidos, o Ponto IV foi sancionado pela *Act for International Development* com um orçamento inicial de 35 milhões de dólares voltados para assistência técnica coordenada principalmente pelos EUA e cuja maioria dos recursos estiveram destinados para melhoramentos na área da agricultura e da saúde (WILCOX, 1950).

Diante desses dados que revelam, por um lado, uma notória efervescência de discussões sobre auxílio técnico, e, por outro, um investimento modesto em termos de dólares empenhados, este artigo analisa um recorte específico da realidade dos programas de assistência técnica dos anos de 1950. Nesta investigação, nos debruçaremos sobre os princípios, os objetivos e o *modus operandi* que ampararam os programas estadunidenses de auxílio técnico voltados para as atividades agrícolas de países da América Latina.

Como ponto de partida, é necessário compreender que as intervenções técnicas na América Latina sob o programa Ponto IV estiveram historicamente situadas em um contexto de reestruturação no cenário internacional. O protagonismo global dos Estados Unidos, após o armistício da Segunda Guerra, trouxe consigo reformulações nas diretrizes de política externa e nas demandas estadunidenses frente a Nova Ordem Mundial que se desenhava. Diante de uma Europa devastada,

²Vale ressaltar que, nessa pesquisa, trabalhamos principalmente com a noção liberal de desenvolvimento predominante nas fontes consultadas. Portanto, ao fazer uso desse termo, não estamos nos referindo à defesa do desenvolvimento por meio da industrialização planejada e conduzida com certo protagonismo estatal preconizada pela teoria cepalina dos anos de 1950. Conforme evidenciado no artigo, o desenvolvimento não é uma noção auto-evidente ou estática. É um conceito dotado de historicidade e permeado por disputas políticas e ideológicas pela sua definição e pela definição de políticas econômicas para alcançá-lo.

dos movimentos de libertação colonial na Ásia e na África e de uma América Latina atravessada por agitações políticas e discussões sobre modernização, Washington reelaborava sua política de segurança nacional e buscava meios de sufocar o comunismo e dirigir o desenvolvimento das periferias de maneira alinhada ao bloco capitalista (GENDZIER, 2017).

Nesse sentido, é possível afirmar que o impulsionamento e a sistematização dos programas de auxílio técnico como parte da política externa dos Estados Unidos foram legitimados pelo entrecruzamento da necessidade de escoamento da produção industrial estadunidense e da preocupação em combater o apelo do comunismo em países em processo de modernização. *Policymakers* e intelectuais entusiastas do auxílio técnico acreditavam que os segmentos vulneráveis das sociedades capitalistas tendiam a responder favoravelmente à ideologia soviética. A narrativa da rápida ascensão da URSS de uma posição periférica e essencialmente agrária ao posto de uma potência industrial era igualmente apelativa para países periféricos. Desse modo, entendia-se que era preciso demonstrar que os ganhos econômicos soviéticos eram destinados a alimentar o próprio sistema, enquanto os ganhos econômicos capitalistas melhoravam a vida dos indivíduos (DAMASCENO, 2022).

Nessa perspectiva, a fim de criar um consenso entre as nações periféricas que gravitasse em torno dos princípios do capitalismo liberal estadunidense, oficiais dos mais diversos matizes políticos dos EUA pensavam ser necessário desenvolver, a um só tempo, a força material e moral dos países não-comunistas para que se convencessem da falsidade das convicções soviéticas (PACKENHAM, 2015). Pois, para o *National Security Council*, “Estava claro que as condições econômicas estão entre os determinantes fundamentais da vontade e força para resistir à subversão e agressão [comunistas]” (NATIONAL, 1950, p. 29). Desse modo, os programas de auxílio técnico cumpriam, em pleno vigor da Guerra Fria, a função de manter o ambiente material em que os valores estadunidenses de produtividade, trabalho e desenvolvimento pudessem florescer. Conforme será discutido mais adiante, no caso específico do auxílio técnico voltado para a agricultura de países da América Latina, os objetivos dos programas implementados estavam ligados à necessidade de dinamizar a produção de matérias-primas, das quais a pujante indústria estadunidense dependia; criar mercados consumidores na região para os manufaturados dos EUA; abrir economias agrário-exportadoras para os dólares privados estadunidenses; e alinhar corações e mentes à lógica do capitalismo liberal sem gerar gastos significativos aos cofres públicos de Washington.

2.0 MATERIAL E MÉTODOS

Por meio do exame de artigos científicos publicados em importantes periódicos da época, de relatórios ligados ao programa Ponto IV e de materiais de divulgação e documentos de circulação

interna do Departamento de Estado, discutiremos as motivações e o planejamento dos contornos das intervenções técnicas na agricultura latino-americana. A análise qualitativa das fontes elencadas esteve amparada por uma discussão crítica a respeito do conceito de desenvolvimento em diálogo com autores como Arturo Escobar (1995), Gilbert Rist (2008) e Irene Gendzier (2017). Além disso, com vistas a situar historicamente os programas de auxílio técnico dos Estados Unidos para a América Latina no processo de consolidação da hegemonia estadunidense na região que se deu durante a Guerra Fria, lançamos mão de autores como David Ekbladh (2010) e Robert Packenham (2015). Por fim, para compreendermos a agência histórica e o papel político dos *experts* e técnicos membros do programa, nos apoiamos no trabalho de Ricardo Salvatore (2016) a respeito da (re)produção de conhecimento como mecanismo de dominação.

Partindo deste itinerário, buscaremos responder aos seguintes questionamentos: quais os interesses subjacentes à vinda de *experts* e técnicos para a América Latina? Como se dava esse empreendimento e quais eram os objetivos dos Estados Unidos ao compartilhar *know-how* com repúblicas latino-americanas?

Antes de nos debruçarmos sobre a primeira questão, faz-se necessário compreender e contextualizar, ainda que brevemente, como que o empreendimento do auxílio técnico e, em especial, as intervenções técnicas no setor agrícola de países periféricos, eram concebidos no período analisado.

3.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. A COOPERAÇÃO TÉCNICA NO PÓS-GUERRA: A LÓGICA DAS PROMESSAS DE DESENVOLVIMENTO

Desde os tempos em que a cooperação técnica esteve concentrada nas mãos de missionários cristãos e de agências filantrópicas dos EUA, a zona rural foi uma importante área de promoção do auxílio técnico. As primeiras iniciativas - das quais se tem registro - de prestação de assistência técnica por cidadãos estadunidenses a populações de outros países datam do início do século XX. Notadamente nas décadas de 1920 e 1930, elas eram desempenhadas pelo missionarismo religioso, que, em alguns poucos casos, contavam com um apoio tímido do Estado (EKBLADH,2010).

Em fins da década de 1940, a alfabetização, o ensino de algumas técnicas simples de plantio, de hábitos de higiene e a doutrinação religiosa já eram preocupações usuais de agentes estrangeiros voltados para missões de auxílio à população campezina da América Latina. Até o fim da Segunda Guerra Mundial, a assistência técnica à região era conduzida majoritariamente pela Fundação

Rockefeller³ e, a partir de 1940, pelo *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (Office)⁴. Naquela contingência, o auxílio técnico estava mais ligado aos serviços de saúde e às práticas extrativistas de recursos naturais vitais ao esforço de guerra. Com o fim do conflito, e após o estabelecimento do Ponto IV, os programas de auxílio técnico ganharam um *approach* mais educacional e de mais longo prazo (ERB,1985).

Segundo Lina Faria e Maria Conceição da Costa (2006), o início da Guerra Fria foi para a Fundação Rockefeller - essa importante aliada do governo dos EUA no auxílio técnico destinado à América Latina - um momento de redefinição de prioridades. O suporte mais sistemático e científico à agricultura demarcou uma expansão de suas atividades em vários países neste período. O investimento em pesquisas na área de agronomia, biologia e zoologia, com concessão de bolsas de estudos em universidades dos Estados Unidos e com o estabelecimento de centros de pesquisas em universidades latino-americanas – a exemplo da USP - foi um aspecto relevante da política científica da Fundação Rockefeller (FARIA; COSTA, 2006).

No contexto do debate hegemônico que embasava a assistência técnica ofertada pelos Estados Unidos nos anos de 1950, modernizar e estimular o desenvolvimento de países periféricos passou a significar “um movimento em direção ao progresso baseado na agricultura comercial e na industrialização” (PICARD; KARASZIA, 2015, p. 22). A dinamização de antigas estruturas que atravancavam o desenvolvimento não era vista como uma questão de auxílio estritamente financeiro. Era preciso “educar” sociedades e mostrar-lhes o caminho para o desenvolvimento a partir daquilo que era considerado pelo pensamento capitalista liberal como bom gerenciamento político e econômico de recursos (PACKENHAM, 2015).

Dean Acheson, o Secretário de Estado de Harry Truman, declarou em abril de 1952 que um dos trunfos da assistência técnica era ensinar os povos “subdesenvolvidos” a desejarem o “tipo certo” de projetos, uma vez que por falta de experiência ou informação, eles sequer sabiam pleitear por cooperação de maneira adequada, criando expectativas de saltar rapidamente para o desenvolvimento industrial. Nesse sentido, mediante o auxílio técnico a países periféricos, os Estados Unidos prometiam não apenas que os povos dessas regiões adoeceriam menos ou passariam menos fome. Por meio do usufruto das benesses do mundo moderno, transmitidas sobretudo pelo

³A Fundação Rockefeller é um empreendimento filantrópico criado em 1913 por John D. Rockefeller, proprietário da Standard Oil Company. Ao longo de sua existência a Fundação Rockefeller teve íntimas relações com o Estado dos EUA, um exemplo disso foi a incorporação do filho de John Rockeller, o Nelson Rockefeller em agências governamentais dedicadas ao auxílio econômico e técnico à América Latina. a Fundação Rockefeller “nadou na onda da modernização” e empenhou o dinheiro da família em programas de gerenciamento científico e dedicados à “internacionalização da influência e do poder” dos Estados Unidos (PARMAR, 2012, 44)

⁴ Fundada em 1940, o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* foi uma agência do governo dos Estados Unidos voltada para promover a cooperação estadunidense mediante programas de auxílio técnico, econômico, intercâmbios científicos e políticas de aproximação comercial e cultural com a América Latina nos tempos da Segunda Guerra Mundial.

compartilhamento de conhecimento, técnicas e de tecnologias, a promessa era a de que os povos “subdesenvolvidos” alcançariam a dignidade humana, o direito ao bem-estar material e a capacidade de governar a si mesmos (OUTLINE, 1952).

Dessa maneira, quando tratamos de assistência técnica no contexto abordado por esse estudo, não estamos nos remetendo nem à injeção de dólares, nem ao apoio ao fortalecimento do mercado interno e dos processos de industrialização latino-americanos, tampouco à construção de bases sólidas para caminhos de desenvolvimento baseados na autonomia econômica das nações contempladas pelo auxílio. As intervenções técnicas eram concebidas em termos de ações pontuais que, mediante a atuação de *experts* estadunidenses, promoviam a elaboração de diagnósticos dos pontos de estrangulamento das economias das nações latino-americanas contempladas e propunham soluções por meio do treinamento de profissionais, consultorias, entre outros direcionamentos educacionais.

Portanto, ao observarmos os diagnósticos e propostas de soluções para o “subdesenvolvimento” elaborados pelos técnicos e *experts* do programa, é necessário ter em mente que por mais desinteressado, objetivo, técnico e fundamentado em análises científicas que seja um projeto de auxílio técnico, este estará sempre inserido em uma estrutura ideológica mais ampla (EKBLADH, 2010). Além disso, seguindo as elaborações de Ricardo Salvatore (2016), entendemos que a produção e a circulação de conhecimento em condições assimétricas de poder constitui um campo virtual de dominação, no qual a *expertise* científica pode cancelar um status de autoridade e nortear práticas de exploração. Dessa maneira, vale ressaltar que as noções de “desenvolvimento” e de “subdesenvolvimento” não são autoevidentes, mas são termos em disputa que estavam sendo elaborados no contexto do pós-guerra (GENDZIER, 2017). Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade de entender projetos de “desenvolvimento” a partir das premissas de seus formuladores.

Um artigo de autoria do geógrafo John Kerr Rose (1950), por exemplo, apontava que o subdesenvolvimento não era só uma questão de falta de capital e de tecnologia, mas também de baixa renda per capita, baixo investimento industrial, baixo consumo de comida, baixo uso de energia mecânica, baixa expectativa de vida, grande crescimento demográfico, altos índices de analfabetismo e precariedade em instalações de saúde e de educação. No coração desses problemas, de acordo com Rose (1950), encontrava-se a falta de mão-de-obra capacitada, de gerenciamento adequado e de recursos.

Por isso, programas de auxílio técnico seriam necessários, pois não se tratava de simplesmente injetar capitais nos países pobres, mas de dinamizar economias, de capacitar a população a prestar serviços básicos - como transporte, saúde, educação e saneamento – e de criar uma mão-de-obra capaz de produzir mais e um mercado consumidor capaz de consumir mais. Para tanto, seria preciso um trabalho de longo prazo, de transferência de tecnologia e conhecimento o

suficiente para afastar as forças do “tradicionalismo”, da religião e do paternalismo que, na visão desses estudiosos, mergulhavam as populações periféricas num “estado de inércia”. Nesse sentido, Rose (1950) asseverou que o Ponto IV seria para os países “subdesenvolvidos” uma versão moderna de um admirável mundo novo e de um amanhã melhor.

Na visão de intelectuais da época que, como Rose, se dedicaram a teorizar a respeito do “subdesenvolvimento”, a solução para o mesmo estava no aumento da produção, numa lógica em que “mais” era necessariamente equivalente a “melhor”. Forjada no cerne de relações de poder, essa noção de “desenvolvimento” estabelecia que o crescimento não era uma escolha, mas uma necessidade, questionando ordenamentos sociais fora do domínio da lógica do capitalismo liberal estadunidense, deslegitimando os que se beneficiavam da ordem social preexistente e encobrindo, sob o discurso técnico-científico, o caráter assimétrico e o potencial corrosivo desses modelos exógenos de modernização e dinamização das economias (RIST, 2008).

De fato, estudos de caso como o de Adriana Mendonça Cunha (2018) e o de Thiago da Costa Lopes (2018) sobre assistência técnica rural no Brasil mostram como essa noção particular de desenvolvimento extrapolou a teoria e orientou diagnósticos e projetos de auxílio elaborados por intelectuais não apenas estadunidenses, mas também brasileiros da época. De acordo com o pensamento de T. Lyn Smith, sociólogo rural estudado por Lopes (2018), os camponeses brasileiros eram considerados “culturalmente atrasados, empobrecidos, doentes, enredados em relações paternalistas e incapazes de criar laços de solidariedade social para além dos círculos familiares” e, por isso, seu contexto “devia ser alvo de um amplo e intrincado programa de engenharia social” atrelado a uma agenda de intervenção nos hábitos, comportamentos e no reordenamento da relação desses indivíduos com a terra e com a produção (LOPES, 2018, p.4).

Tendo em vista a constatação de uma necessidade de intervir nos países “subdesenvolvidos” para “resolver problemas”, decorrente dessas elaborações sobre desenvolvimento, é possível observar nessa perspectiva que a solução para a “pobreza” residia no crescimento econômico e no desenvolvimento validado a partir de “verdades” que se diziam “autoevidentes, necessárias e universais” (ESCOBAR, 1995, p. 24). Sob esse ponto de vista, o desenvolvimento (ou as políticas de estímulo ao crescimento econômico) era também uma forma de organização, de tutela e de controle desses espaços cujas condições socioeconômicas destoavam do mundo moderno que se anunciava. Desse modo, é possível afirmar que o desenvolvimento, tal qual preconizado pelos entusiastas desses programas de auxílio técnico, era uma dentre as muitas formas de tutela sobre os países periféricos (GENDZIER, 2017).

3.2. O AUXÍLIO TÉCNICO COMO DEMANDA DOS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS: O INTERESSE EM DINAMIZAR A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA AMÉRICA LATINA

Periódicos científicos, relatórios institucionais e o debate público da época ecoavam argumentos que favoreciam a perspectiva de que era necessário intervir em países periféricos para direcioná-los em seus caminhos para o desenvolvimento. Muito além de qualquer retórica humanitária, um forte argumento que amparou a necessidade da existência dos programas de assistência técnica sob o Ponto IV, por exemplo, foi a preocupação com a proporcionalidade entre o aumento populacional mundial e a produção de alimentos em terras cultiváveis.

Daniel Aksamit (2011) aponta que muitos dos trabalhos escritos sobre o Ponto IV situam-no como um desdobramento desse debate, que após a Segunda Guerra Mundial, ganhou notável destaque entre *policymakers* dos Estados Unidos. Conforme exposto por Aksamit “Diversos *policymakers* temiam que o setor agrícola dos Estados Unidos fosse incapaz de suportar o crescimento populacional e buscaram desenvolver a agricultura em novas áreas, notadamente no Terceiro Mundo” (AKSAMIT, 2011, p. 8-9). Sob a influência de ideias malthusianas⁵, a possibilidade de esgotamento de fontes de matérias-primas combustíveis ou essenciais para a expansão da indústria se tornou uma premissa apelativa em favor da exploração do mundo periférico e dos programas de assistência técnica voltados para a agricultura. De acordo com John K. Rose (1950, p. 16), isso tornou “as áreas subdesenvolvidas, de certa forma, interessantes fontes [de matérias-primas] no presente ou possivelmente no futuro”.

Henry C. Bennett, administrador do *Technical Cooperation Administration* (TCA), órgão que coordenava as atividades do Ponto IV, explicou, em 1951, para comitês do Senado dos Estados Unidos que o programa não tinha apenas a função de “fazer o bem” para povos em condições precárias. Segundo ele, o Ponto IV estava estreitamente ligado aos interesses dos EUA na medida em que o país era cada vez mais dependente das regiões “subdesenvolvidas”. Na ocasião, Bennett enfatizou que 73% das demandas de matérias-primas para abastecer a produção industrial estadunidense vinha de países “subdesenvolvidos” (MUTUAL, 1951).

Do ponto de vista dos interesses estratégicos de Washington, também reajustados às novas circunstâncias do pós-guerra, a continuidade e ampliação do auxílio técnico na área da agricultura estavam ligadas à dependência estadunidense de matérias-primas produzidas em solo latino-americano, que incluíam não apenas minerais críticos para guerra e defesa, mas também suprimentos alimentares. Além disso, havia a necessidade de manter em expansão um mercado consumidor de maquinário (agrícola, de transporte, de pesquisa etc.), cuja importação por países latino-americanos

⁵As ideias malthusianas referem-se ao pensamento do economista britânico Thomas Malthus (1766- 1834), que fez projeções teóricas a respeito da desproporcionalidade entre o crescimento demográfico e a disponibilidade de recursos e matérias-primas.

era consequência frequente da realização dos projetos de assistência técnica⁶. Ainda, o investimento em assistência técnica agrícola dialogava com a necessidade de manter em níveis razoáveis a reserva de dólares de economias majoritariamente agrárias por meio do aumento da produção e do estímulo às exportações (INTERNATIONAL, 1954). Por fim, indiretamente, entendia-se que uma maior produção de alimentos também seria um fator impulsionador dos programas de auxílio à saúde, e consequentemente, da capacidade produtiva da força de trabalho.

Nesse sentido, conforme enfatizou o ex-diretor de planejamento dos programas de auxílio técnico, Omar Pancoast Jr., no *Bulletin of the Atomic Scientists* em 1954, o Ponto IV não tinha o objetivo de modernizar em larga escala a produção agrícola dos países receptores, tampouco buscava mecanizar a agricultura com amplos esquemas patrocinados pelo governo dos Estados Unidos. Em suas palavras, o Ponto IV era um programa modesto composto por “diplomatas de macacão”⁷ (PANCOAST JR, 1954). Isto é, o tipo de assistência preconizado era o de estabelecimento de fazendas modelo para demonstração e supervisão de técnicas de produção, de pesquisas em melhoramentos para a agricultura local, de estabelecimento de instituições educacionais e de pesquisa, e, quando os EUA tivessem interesse especial em algum produto, de envio de técnicos para resolução de problemas pontuais.

Na execução desses projetos, os técnicos estadunidenses envolvidos, chamados por Pancoast Jr. de “diplomatas de macacão”, teriam o importante papel de apresentar para as populações assistidas a benevolência da cooperação dos Estados Unidos com a América Latina, bem como a superioridade de suas técnicas amparadas em estudos científicos. Na lida diária com trabalhadores civis, eles tinham a oportunidade de estabelecer contato e de incitar boas relações com os EUA em um nível que dificilmente era desfrutado por oficiais do governo e da diplomacia formal estadunidenses.

William C. Foster, administrador do Plano Marshall, diante de comitês do Senado dos Estados Unidos, enfatizou a necessidade crescente de matérias-primas devido à expansão industrial estadunidense e à reconstrução das indústrias europeias. Segundo ele, “Um programa para expandir a produção de materiais em áreas subdesenvolvidas é de interesse direto e urgente para o esforço de defesa dos Estados Unidos e do resto do mundo livre.” (MUTUAL, 1951 p. 74). Para Foster, um programa como o Ponto IV precisava existir porque:

nós devemos reconhecer que nós não estamos mais vivendo num mundo onde esse ou qualquer outro país pode supor que será sempre possível ter materiais se você está

⁶Após o Ponto IV o Brasil registrou um crescimento significativo na importação de equipamentos agrícolas. Em 1949, por exemplo, produtores brasileiros compraram 9000 tratores dos Estados Unidos. Em 1951, a importação foi de 29000 tratores. Sobre isso, ver: INSTITUTE of Inter-American Affairs; FOREIGN Operations Administration. The development of Brazil: a report of Joint Brazil-United States Economic Development Commission. Washington D.C, 1953. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015010430547&view=1up&seq=5>. Acesso em 17/04/2020.

⁷No imaginário estadunidense, o macacão é um tipo de vestimenta rapidamente associada a agricultores.

disposto a pagar dinheiro o suficiente. A Ásia, a África e a América Latina precisam, em troca de suas matérias-primas, de bens de capital e de consumo. Elas precisam de bens agrícolas e manufaturados – caminhões, serviços e equipamentos têxteis, de mineração e engenharia. Nós precisamos dar esse retorno, mesmo com nossos materiais escassos, se nós esperamos um fluxo livre de matérias-primas – e de amizade e boa vontade tão necessárias para um sucesso duradouro (MUTUAL, 1951, p. 74).

Em conferência realizada em São Francisco, em setembro de 1952, o então presidente do *International Development Advisory Board* (IDAB)⁸ do Ponto IV, Eric Johnston, reforçou a dependência estadunidense de matérias-primas abundantes em países periféricos e asseverou que “Nossa capacidade de manter o nível de nossa própria economia depende do quão bem sucedidamente nós somos capazes de financiar e desenvolver novas fontes de suprimento de matérias-primas” (INTERNATIONAL, 1952, p. 8). Portanto, fosse para aumentar a produção de alimentos em um mundo que passava por um vigoroso crescimento demográfico, fosse para abastecer a indústria bélica ou a economia doméstica dos Estados Unidos, *policymakers* e oficiais estadunidenses entendiam que melhorar a mineração e a agricultura dos países periféricos era um dos focos principais do programa de auxílio (MUTUAL, 1951).

De fato, conforme expresso no diagrama abaixo (figura 1), publicado em material de divulgação produzido pelo Departamento de Estado, a agricultura era o setor, dentre os setores contemplados pelos programas de assistência técnica do Ponto IV, que mais concentrava recursos, considerando tanto o financiamento da ONU quanto o dos Estados Unidos (DEPARTMENT, 1949). Em tabela referente ao primeiro ano de funcionamento do programa e relativa exclusivamente ao financiamento estadunidense (figura 2), o Departamento de Agricultura concentrava parte significativa do orçamento total de \$35,806,309, estando atrás somente do *Institute of Inter-American Affairs*⁹ (IIAA), uma instituição que estivera ligada ao Office em funcionamento desde meados dos anos de 1940 e do Departamento de Estado, responsável por articular os acordos com países estrangeiros para viabilizar o programa (MUTUAL, 1951).

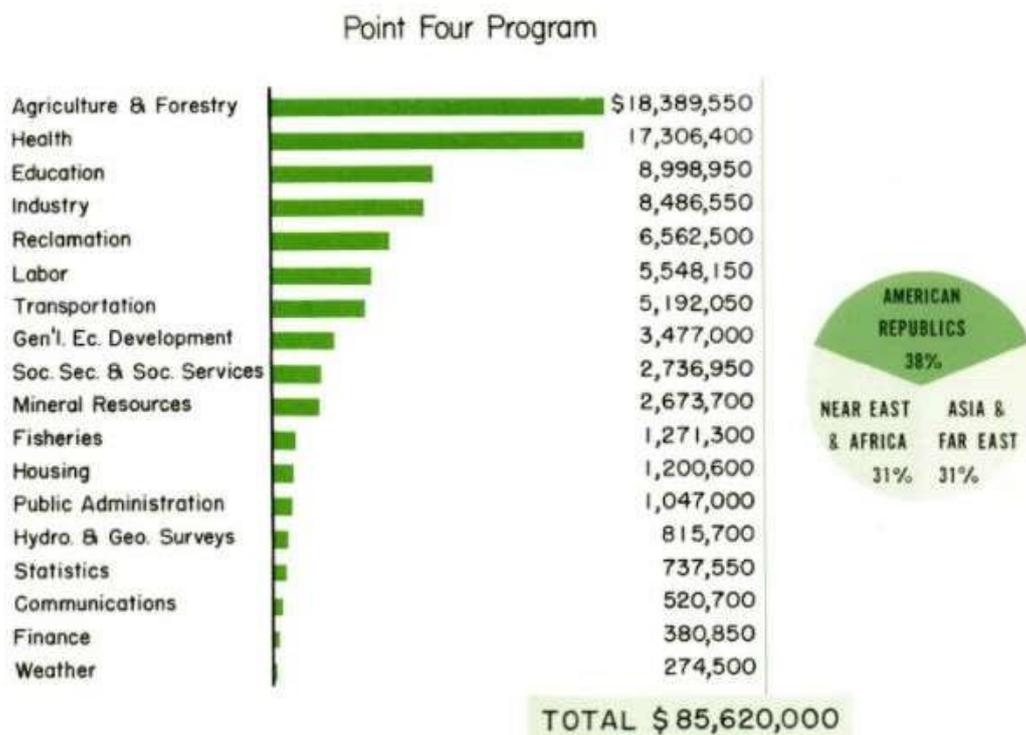
Um relatório do IDAB, produzido em 1951, enfatizou veementemente a importância de tornar a produção agrícola dos países “subdesenvolvidos” mais eficiente e abundante. A análise de dados do Departamento de Comércio demonstrou uma dependência significativa de produtos essenciais

⁸ O IDAB era um conselho consultivo para as ações do Ponto IV.

⁹ O *Institute of Inter-American Affairs* (IIAA) foi uma agência subsidiária do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (Office), o qual, nos tempos da Segunda Guerra era responsável por promover a aproximação cultural, econômica e estratégica entre os Estados Unidos e a América Latina. O IIAA foi anunciado na Conferência Inter-Americana do Rio de Janeiro, em 1942. Quando o Office foi encerrado, em 1946, o IIAA foi transferido para o Departamento de Estado e em 1947 foi consolidado como uma agência do governo dos EUA, cuja função era conduzir projetos de auxílio técnico para a América Latina utilizando o mínimo possível de capitais públicos estadunidenses. Em mais de duas décadas de existência, o IIAA gastou menos de 50 milhões de dólares e implementou 1500 projetos individuais (ERB, 1985).

advindos da mineração e da agriculturados países periféricos (figura 3), entre eles o café, a borracha, o estanho, o cacau, a banana, o tabaco, a pimenta etc. (INTERNATIONAL, 1951).

Figura 1



O gráfico à esquerda remete à distribuição de recursos por tipo de projeto empreendido pelo Ponto IV. O gráfico pizza à direita, remete à distribuição de recursos prevista por região. DEPARTMENT OF STATE. The point four program. Economic Cooperation series 23. Division of Publications Office of Public Affairs. Publication 3347, dec. 1949, p.16.

Disponível em

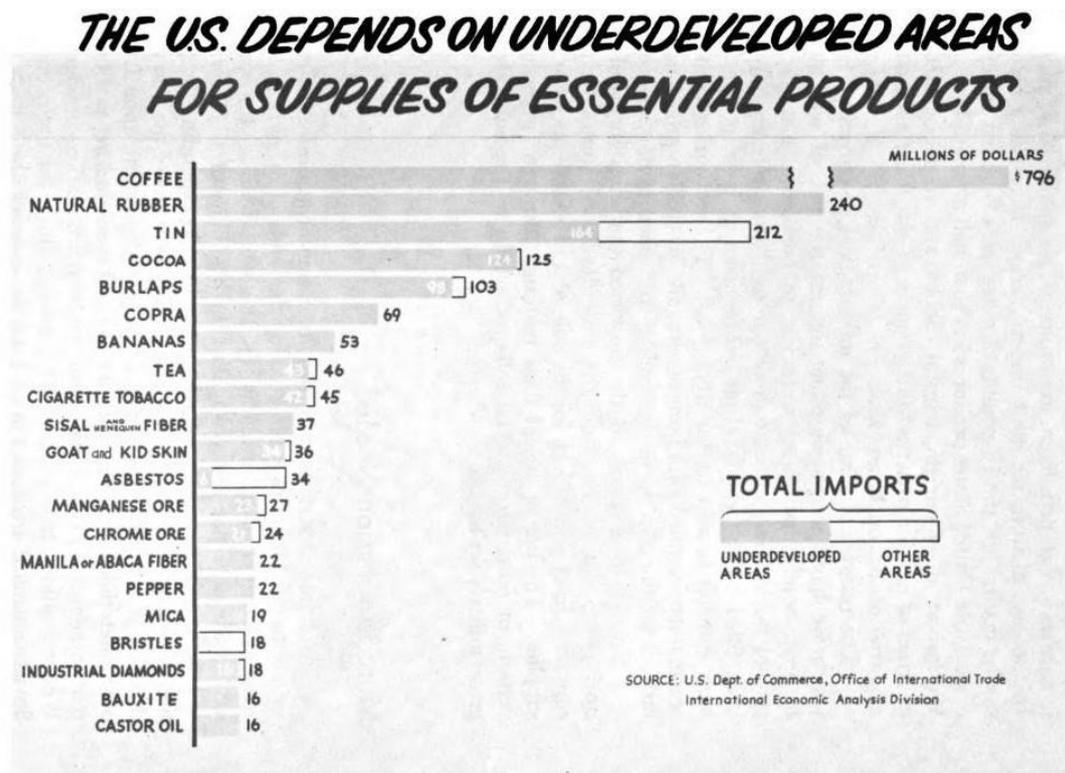
<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=umn.31951p010925273&view=1up&seq=3>. Acesso em 16/10/2019.

Figura 2

Department of Agriculture.....	\$2, 452, 284
Department of Commerce.....	1, 015, 887
Department of the Interior.....	1, 162, 834
Federal Security Agency.....	1, 017, 372
Department of Labor.....	325, 922
Bureau of the Budget.....	72, 377
Housing and Home Finance Agency.....	15, 890
Tariff Commission.....	2, 550
Tennessee Valley Authority.....	3, 120
Department of the Treasury.....	2, 920
Federal Power Commission.....	4, 460
Post Office Department.....	\$2, 692
Department of the Army.....	8, 360
Federal Communications Commission.....	52, 683
Institute of Inter-American Affairs.....	8, 826, 449
Department of State:	
Multilateral programs.....	13, 007, 500
Bilateral programs.....	7, 833, 009
Grand total.....	35, 806, 309

Esta tabela expressa, discriminando por agências do governo dos EUA, os gastos relativos ao Ponto IV administrados no ano de 1951. MUTUAL SECURITY ACT OF 1951. Hearings before the Committee on Foreign Relations and the Committee on Armed Services. United States Senate, Eighty Second Congress, First Session, jul-ago, 1951, p. 410-411. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=umn.31951d020946037&view=1up&seq=5>. Acesso em 15/01/2020.

Figura 3



Este gráfico apura, em milhões de dólares, a dependência dos Estados Unidos do suprimento produtos essenciais oriundos das áreas "subdesenvolvidas". INTERNATIONAL DEVELOPMENT ADVISORY BOARD. Partners in progress. A report to President Truman by the International Development Advisory Board. Government Printing Office. New York: Simons and Schuster Publishers, 1951, p. 45.

A dependência da capacidade produtiva dos países periféricos não era exclusiva dos Estados Unidos. De acordo com dados da *Economic Cooperation Administration* (ECA), órgão que coordenava o Plano Marshall, 65% das importações da Europa Ocidental vinham dos países “subdesenvolvidos”. Uma vez que boa parte das nações periféricas eram rurais e agrário-exportadoras, a dinamização da agricultura nessas regiões significava também a dinamização do comércio mundial. Havia uma preocupação com o fato de que, ao passo que os Estados Unidos e a Europa dependiam do então chamado “Terceiro Mundo” para cerca de $\frac{3}{4}$ de suas importações de materiais críticos e estratégicos, dados da ONU apontavam uma queda no fluxo de mercado dessa região (INTERNATIONAL, 1951).

Além disso, a importância do auxílio técnico na agricultura, conforme proposto em muitos dos projetos do Ponto IV, era sustentada pelo IDAB como uma forma de sanar o problema das altas taxas de subnutrição e de mortalidade em regiões como a América Latina. O foco na produção de alimentos seria uma ferramenta para estimular a alta produtividade da força de trabalho, ajudar no combate às epidemias locais e, num sentido mais amplo, para promover a segurança nacional e o alinhamento ideológico. No bojo do léxico liberal da Guerra Fria, que compreendia a pobreza como um fator capaz de aproximar as pessoas do comunismo, até mesmo a erradicação da fome tinha um propósito estratégico, conforme a argumentação do relatório do IDAB:

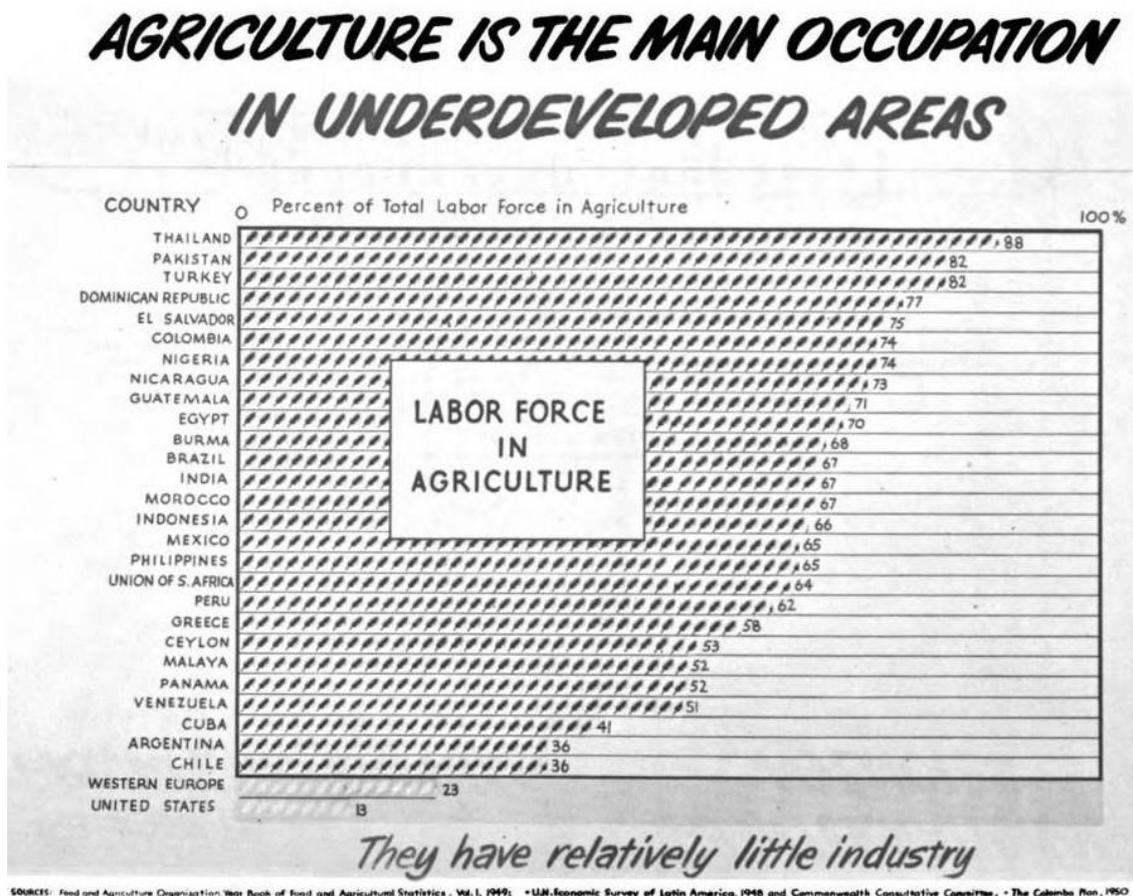
se a fome e a inanição, e as doenças podem ser superadas como fatores na batalha de um homem pela existência, ele estará mais capacitado para resistir àqueles que buscam destruir sua liberdade. A liberdade tem pouco significado para um homem que está faminto (INTERNATIONAL, 1951, p.30).

A relevância da assistência técnica voltada para a produção agrícola foi também endossada levando em conta dois outros fatores: 1- era um ramo relativamente simples e barato 2- grande parte da força de trabalho dos países periféricos encontrava-se no campo, trabalhando na agricultura (figura 4). Entre as mais de um bilhão de pessoas que viviam no “Terceiro Mundo”, uma parte significativa delas se encontrava nas zonas rurais. Segundo a linha argumentativa do relatório, prover auxílio técnico para os trabalhadores do campo era também uma forma de atingir mais pessoas, de promover com grande alcance aquilo que David Ekbladh (2010) chamou de “evangelho do liberalismo” contra a ameaça comunista ao referir-se ao Ponto IV.

Para além de ser uma forma de dinamizar e direcionar a produção de fornecedores de matérias-primas, o Ponto IV também era um meio de criar mercados consumidores que fossem receptivos aos produtos dos países industrializados. Além de melhorar a saúde e a alimentação dessas populações majoritariamente rurais, entendia-se que era preciso garantir-lhes certo poder de compra e ensiná-las a consumir os produtos manufaturados dos Estados Unidos. Investir no aumento dos padrões de vida

dos povos “subdesenvolvidos” seria, então, uma forma de expandir o alcance da produção industrial dos EUA e multiplicar as suas possibilidades de escoamento sob condições favoráveis.

Figura 4



Este gráfico expressa a porcentagem de trabalhadores rurais em cada país. Segundo esses dados, 67% da força de trabalho brasileira era rural. INTERNATIONAL DEVELOPMENT ADVISORY BOARD. Partners in progress. A report to President Truman by the International Development Advisory Board. Government Printing Office. New York: Simons and Schuster Publishers, 1951, p. 28.

3.3. ACONSELHAMENTOS TÉCNICOS DOS “DIPLOMATAS DE MACACÃO”: O PUNTO IV APLICADO À ÁREA DA AGRICULTURA

Na prática, o auxílio técnico na agricultura latino-americana abarcava uma ampla gama de *experts* e técnicos e recebia a colaboração de instituições governamentais para além do Departamento de Estado e do IIAA. O Departamento de Agricultura fornecia cientistas agrícolas e subvenções para extensão agrícola, o Departamento de Comércio contribuiu com *experts* nos campos da aviação civil, administração marítima, estradas, transportes, serviços de estudos climáticos, serviços de testagem e de mapeamento e suporte ao desenvolvimento de pequenas indústrias. O Departamento do Interior atuava no campo da geologia, suprimento de água e administração de terras. E, além destas, agências governamentais como o Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar, o Sistema de Reserva

Federal e uma agência de financiamento de habitação e casas, a *Housing and Home Finance*, também participaram de diferentes etapas e funções dos projetos (FOREIGN, 1954).

Um extenso relatório produzido pelo *Foreign Operations Administration*¹⁰ (FOA) registrou que dos 20 países da América Latina, todos, com exceção da Argentina, receberam fundos públicos estadunidenses voltados para a assistência técnica sob o Ponto IV. Além disso, 12 repúblicas latino-americanas contavam, à época do referido documento, com escritórios técnicos ligados aos governos locais para conduzir, em parceria com *experts* estadunidenses projetos voltados para a agricultura. Entretanto, uma vez que a prioridade do Ponto IV era mobilizar o capital privado e transferir gradativamente o financiamento dos programas para os países receptores, os fundos registrados não eram muito expressivos. Dentre as maiores remessas de dólares públicos estadunidenses empenhados em programas agrícolas na América Latina encontram-se: o montante de \$2.507,4 destinado à Bolívia, de \$1.424 para o Peru e de \$868,7 para a Colômbia, todos em 1954 (FOREIGN, 1954).

Embora a agricultura fosse a área que, conforme demonstrado anteriormente, concentrava mais recursos e projetos de assistência técnica no âmbito do Ponto IV, por ser considerada prioritária por muitos *policymakers*, o FOA registrou em 1954 que mesmo com os avanços dos últimos 3 anos de assistência técnica, a agricultura na América Latina nunca tinha chegado a um nível de produção satisfatório em relação ao crescimento populacional. À época do relatório em questão, avaliava-se que o progresso no uso de técnicas agrícolas modernas havia sido suave e que animais de tração ainda eram a principal força motora nas fazendas (FOREIGN, 1954).

Num subcontinente em que menos de 40% das terras cultiváveis eram dedicadas à produção alimentícia, o FOA avaliava que, apesar do crescimento na produção registrado em 1953, a agricultura latino-americana ainda precisava de

melhores incentivos de preços, estabelecimento de pesquisa agrícola e de sistemas de extensão, pagamento mais atrativo para técnicos agrícolas, programas de grande alcance na educação fundamental para diminuir o analfabetismo nas áreas rurais, programas de conservação de solo, e maior investimento, não apenas para aumentar as posses de terra, mas para comprar equipamentos agrícolas (FOREIGN, 1954, p.43).

De maneira complementar, partindo de uma análise mais macro da situação da produção agrícola na América Latina, o IDAB chegou a alguns diagnósticos básicos que permearam as principais discussões sobre o auxílio técnico prestado à região. O primeiro dizia respeito à identificação do uso de práticas “primitivas e ineficientes” na agricultura latino-americana

¹⁰ Foreign Operations Administration (FOA) era o nome da agência reguladora do Ponto IV entre os anos de 1953 e 1954. Intitucionalmente, o Ponto IV passou por várias reformulações administrativas e de jurisdição, culminando na existência de uma multiplicidade de agências que se alternaram ao longo da sua existência e que reuniam funções sutilmente diferentes entre elas.

semelhantes às utilizadas nos Estados Unidos do século XIX. Por conta delas, de acordo com essa avaliação, a produção de alimentos não acompanhava o crescimento populacional do pós-guerra.

O segundo problema, estava relacionado à tendência à dependência econômica da exportação e à concentração da produção em um único tipo de matéria-prima. Ou seja, além de obrigar o dispêndio de reservas de dólares para importar gêneros alimentícios que não eram produzidos em quantidade suficiente para abastecer a população local, a eventual queda nos preços internacionais do café, da banana ou do açúcar, por exemplo, seria o suficiente para debilitar economicamente países como a Colômbia, Honduras e Cuba, respectivamente.

Já o terceiro problema diagnosticado estava relacionado às políticas dos governos locais para conter a inflação. A argumentação dos *experts* tanto do IDAB quanto do FOA sugeria que muitos governantes latino-americanos não tinham coragem de adotar “atitudes impopulares” para de fato lidar com a inflação, recorrendo a medidas como o estabelecimento de teto de preços e o subsídio de taxas de câmbio, as quais, de acordo com eles, inibia o crescimento da produção agrícola e atrapalhava os resultados da assistência técnica prestada pelos EUA na região (INTERNATIONAL, 1954).

Diante desse quadro diagnóstico geral, sancionado por avaliações especializadas e invariavelmente alinhadas à perspectiva do capitalismo liberal, a missão da assistência técnica agrícola esteve desenhada e orientada a partir de algumas linhas de ação. Para solucionar o primeiro e o segundo problemas, o FOA recomendava a ajuda às escolas profissionalizantes agrícolas no desenvolvimento de programas de treinamento.

As escolas precisam de centros de demonstração dirigidos por trabalhadores treinados, pessoas que sabem fazer reparos no maquinário agrícola, misturar cimento e levantar uma parede de tijolos, construir currais e cercas, e se responsabilizar por uma estação de experimentação agrícola próspera. Os professores de assuntos agrícolas nas escolas precisam de mais treinamento em práticas agrícolas e técnicas de ensino modernas (FOREIGN, 1954, p.60).

O programa de auxílio técnico mediante centros de demonstração agrícola implementado pelo IIAA na zona rural do Peru foi relatado por Raymond W. Miller em 1952. Segundo conta o autor, iniciado em 1943, o programa que visava a implementação de métodos para lidar com parasitas que comprometiam plantações peruanas de batata, uma das principais produções do país, foi tido como um dos mais bem sucedidos do setor agrícola. Este projeto foi conduzido por meio de fazendas de demonstração concedidas pelo governo peruano a John R. Neale, chefe da missão técnica estadunidense no Peru. Em 4 fazendas de 56 mil acres cada, Neale instalou 35 escritórios rurais e empregou 150 agentes de extensão agrícola, todos peruanos que foram treinados pelo programa de assistência técnica (MILLER, 1952).

Nesses escritórios que, em 1951, receberam visitas de mais de 50 mil fazendeiros, era ensinada a introdução de pesticidas e a seleção de sementes para plantio. Além disso, de acordo com o relato de Miller, os agentes de extensão agrícola visitaram aproximadamente 17 mil fazendas e promoveram 1800 reuniões de fazendeiros, às quais frequentaram uma média de 30 pessoas por reunião. Ademais, nesse mesmo programa, visando à diversificação dos produtos cultivados, foram distribuídas quase 362 toneladas de sementes e mais de 19 mil toneladas de fertilizantes, foram tratados cerca de 50 mil animais, distribuídas cerca de 105 mil árvores frutíferas para plantio e foram tratadas quase 122 mil árvores frutíferas em fazendas (MILLER, 1952).

O relato de Miller menciona ainda a resistência dos povos indígenas aos métodos agrícolas estrangeiros e a dificuldade de convencê-los a implementar a seleção de sementes e os pesticidas. Segundo ele, foi preciso ensinar *trainees* nativos peruanos para que esses ensinassem aos indígenas. Ainda assim, os indígenas só se deram por convencidos após constatar o efetivo aumento na colheita, um ano depois. Certamente, situações como essa não foram caso isolado. Inclusive, em sua avaliação sobre o Ponto IV, Pancoast Jr. afirmou ser comum que o conhecimento profissional especializado estivesse distante das práticas locais, o que ocasionava problemas de comunicação com as populações camponesas (PANCOAST JR, 1954). Buscando solucionar esse outro tipo de problema, ênfase foi dada às escolas agrícolas e à educação rural de nível básico¹¹.

No tocante ao terceiro problema apontado, havia uma expectativa entre oficiais ligados ao Ponto IV de gerar uma nova mentalidade na agricultura latino-americana, especialmente entre gestores e figuras políticas relevantes. Na avaliação de formuladores do programa, certos governos da região tinham muita pressa em industrializar seus países e buscavam fazê-lo às custas do desenvolvimento agrícola. Esse comportamento, argumentava o IDAB, apenas agravaria a situação de escassez de alimentos e, na melhor das hipóteses, instituiria indústrias nacionais com dificuldades de abastecimento. Portanto, a solução para este problema passava pelo pressuposto de incapacidade de autogerência latino-americana atribuído às lideranças que buscavam caminhos para o desenvolvimento que não correspondiam ao fortalecimento do modelo agrário-exportador, tão caro a um EUA dependente de matérias-primas e mercado consumidor de seus manufaturados (INTERNATIONAL, 1954).

Sob essa ótica, a maior urgência dentro do desafio do desenvolvimento dos países periféricos eram as reformas domésticas relativas à política de taxaço, ao direcionamento de gastos do governo nas estatais, na política de terras, no orçamento público etc. (HANSON, 1950). Visto que, na visão do FOA, a resistência ou enfrentamento ao aconselhamento de técnicos dos EUA era também falta

¹¹ Sobre isto, ver o trabalho da historiadora Adriana Mendonça Cunha (2018) que analisa a atuação do educador estadunidense Robert King Hall no programa de construção de escolas rurais.

coragem e de vigor de certos governos da América Latina para tomar as “decisões certas”, o fracasso das promessas de desenvolvimento iam para a conta dos grupos políticos no poder nas regiões que resistiam a pressões para aumentar a produção voltada para a exportação. Em tempo, vale ressaltar que, concomitante à ênfase da necessidade de produzir mais alimentos para sanar a fome dos países assistidos, havia uma pressão contundente para o aumento da produção voltada para as exportações a fim de equilibrar a balança de pagamentos, uma vez que alguns empréstimos para viabilizar programas de auxílio técnico estavam condicionados a uma balança de pagamentos equilibrada.

Além disso, as posturas desses governos que resistiam ao alinhamento às políticas favoráveis ao capital estrangeiro eram lidas sob a lente da ineficiência técnica. Em decorrência disso, a partir de 1952, começou-se a discutir no âmbito do Ponto IV o amadurecimento da assistência técnica na área de administração pública voltada para profissionais que ocupassem posições-chave dentro de seus respectivos governos. O objetivo principal era atingir agentes latino-americanos responsáveis pelo planejamento e execução de projetos de desenvolvimento econômico a fim de estimular a elaboração de políticas “liberalizantes” que garantissem a proteção dos investidores estrangeiros (MACEKURA, 2003) (FOREIGN, 1954).

Segundo atesta a breve exposição desses exemplos, a produção de diagnósticos e soluções no setor agrícola constituiu-se, no âmbito do Ponto IV, num mecanismo de intervenção disciplinar que visava atingir da mais cotidiana das atividades de plantio às instâncias mais macro de regulação de recursos, de investimentos e de fluxos de importação e exportação. Embora anos após o início da cooperação técnica em agricultura o uso efetivo de técnicas e de tecnologias modernas nas fazendas latino-americanas ainda fosse incipiente, é palpável o viés político do aconselhamento técnico nas zonas rurais da América Latina a partir do qual a (re)produção de conhecimento científico abria vias para a dominação e a intervenção unilateral dos EUA em assuntos internos dos países da região (SALVATORE, 2016).

Por um lado, centros de pesquisa instalados pelos Estados Unidos estudavam, acessavam e levantavam potencialidades e limitações de solo e cultivo, reunindo um acervo relevante de informações a serem examinadas pelas ciências naturais e humanas dos centros hegemônicos de conhecimento estadunidenses. Além disso, técnicas e métodos eram testados e ensinados a fim de direcionar a produção latino-americana rumo a uma trajetória pré-concebida de desenvolvimento que tinha o passado dos EUA como referência, mesmo sendo bem distintas as condições climáticas, sociais, culturais e políticas em todo o continente americano. Por outro, a leitura macroeconômica sob a ótica tecnocrática classificava não só a fragilidade técnica de algumas instituições da América Latina, mas também certas escolhas políticas dos governos como ineficazes e passíveis de conserto

mediante aconselhamento técnico estadunidense, abafando assim, incompatibilidades de interesses políticos e econômicos sob o verniz científico.

4.0 CONCLUSÃO

Desse modo, à revelia do discurso humanitário que acompanhava as iniciativas de auxílio técnico, é possível afirmar que a vinda de “diplomatas de macacão” para a América Latina respondia a diversas demandas internas dos Estados Unidos, ao passo que pavimentava caminhos para atrelar a trajetória do desenvolvimento econômico latino-americano ao capitalismo liberal estadunidense. Em última instância, ao demonstrar técnicas de cultivo, introduzir o uso de maquinários agrícolas ou mesmo preconizar, nas escolas rurais, uma lógica de trabalho, hábitos de saúde e de alimentação voltados para um alto rendimento produtivo, os “diplomatas de macacão” visavam ensinar a sociedades da América Latina uma visão particular sobre desenvolvimento. Essa visão perpetuava o caráter agrário-exportador de países latino-americanos e condicionava os padrões de produção da região ao abastecimento da indústria estadunidense e ao consumo de produtos dos EUA.

Como visto, o caráter educacional dos programas de auxílio técnico afiançava também o seu sentido de missão civilizatória. Para os entusiastas do Ponto IV, era preciso ensinar latino-americanos a produzir mais e a “viver melhor”. Não por acaso, a parceria com fundações privadas e um *modus operandi* centrado mais no compartilhamento de *know-how* que em financiamentos voltados para o crescimento econômico da região era uma alternativa mais barata para os cofres de Washington. Assim, em um mundo em que as balizas e os caminhos para o desenvolvimento estavam sendo amplamente discutidos, esse modelo de auxílio técnico, de acordo com seus apoiadores, possibilitaria afastar o medo malthusiano da fome por falta de abastecimento, garantir o escoamento da produção industrial dos Estados Unidos, favorecer a expansão do capital privado estadunidense em terras estrangeiras e, conseqüentemente, fortalecer o bloco capitalista ocidental que se consolidava numa “paz” de Guerra Fria orquestrada por Washington.

5.0 REFERÊNCIAS

- AKSAMIT, Daniel. **Modernization Theory in all but the name**: Chester Bowles and the Point Four Program. Manhattan: Kansas State University, 2011.
- CUNHA, Adriana Mendonça. **História, educação e relações Brasil-EUA: Robert King Hall e o programa de construção de escolas rurais do INEP (1949-1951)**. Dissertação (mestra em

Educação) – Universidade Federal de Sergipe, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Cristóvão, 2018.

DAMASCENO, Natália Abreu. **O programa Ponto IV e a articulação de projetos estadunidenses de desenvolvimento para a América Latina (1949-1954)**. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2022.

DEPARTMENT OF STATE. The point four program. Economic Cooperation series 23. Division of Publications Office of Public Affairs. Publication 3347, dec. 1949.

Disponível em

<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=umn.31951p010925273&view=1up&seq=3> . Acesso em 10/04/2024.

EKBLADTH, David. **The Great American Mission: Modernization and the Construction of an American World Order**. New Jersey: Princeton University Press, 2010.

ERB, Claude C. Prelude to Point Four: the Institute of Inter-American Affairs. In: *Diplomatic History*, vol. 9, no. 3, jul. 1985, pp.249–269.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: the making and the unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. Cooperação Científica Internacional: Estilos de Atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. **SciELO Brasil**, mar. 2006.

FOREIGN OPERATIONS ADMINISTRATION. Report on the economic situation in Latin America. Washington: Office of Research, Statistics and Reports, aug. 1954. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=coo.31924013757822&view=1up&seq=9&skin=2021> . Acesso em 20/04/2024.

HANSON, Simon G. Latin America and the Point Four Program. **The Annals of American Academy of Political and Social Science**. v. 268, n. 1, march 1950.

INSTITUTE of Inter-American Affairs; FOREIGN Operations Administration. The development of Brazil: a report of Joint Brazil-United States Economic Development Commission. Washington D.C, 1953. Disponível em:

<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015010430547&view=1up&seq=5>. Acesso em 17/04/2024.

INTERNATIONAL Development Advisory Board. An Economic Program for the Americas. Washington, 1954.

INTERNATIONAL DEVELOPMENT ADVISORY BOARD. Partners in progress. A report to President Truman by the International Development Advisory Board. Government Printing Office. New York: Simons and Schuster Publishers, 1951.

INTERNATIONAL DEVELOPMENT ADVISORY BOARD. Summary of Discussions: Pacific Coast Conference on Private in International Development. San Francisco, September 24-25, 1952.

JAMES Webb to Harry S. Truman, with Attached Quarterly Report of the Technical Cooperation Administration. May 16, 1951. The Point Four Program. Official File. The Harry S. Truman Library. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/library/research-files/james-webb-harry-s-truman-attached-quarterly-report-technical-cooperation?documentid=NA&pagenumber=1> . Acesso em 08/04/2024.

LOPES, Thiago da Costa. Comunitarismo, sociologia rural e diplomacia cultural nas relações Brasil-EUA: Ciência e reforma social em T. Lynn Smith e José Arthur Rios (1930 – 1950). Tese de Doutorado (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

MACEKURA, Stephen. The Point Four Program and U.S. International Development Policy. In: **Political Science Quarterly**, vol. 128, issue 1, April 2003.

MILLER, Raymond W. Point 4 Builds Strength in the Americas. Building a Better Hemisphere series, no. 19, Washington D.C: Institute of Inter-American Affairs, 1952.

National Security Council Report, NSC 68, 'United States Objectives and Programs for National Security', April 14, 1950. History and Public Policy Program Digital Archive, US National Archives. Disponível em: <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116191>. Acesso em: 08/04/ 2024.

OUTLINE of Remarks by Secretary Dean Acheson Before the National Conference on International Economic and Social Development. April 9, 1952. The Point Four Program. Lloyd Files. The Harry S. Truman Library. Disponível <https://www.trumanlibrary.gov/library/research-files/outline-remarks-secretary-dean-acheson-national-conference-international?documentid=NA&pagenumber=1> . Acesso em 08/04/2024.

PANCOAST JR., Omar B. The “Point Four” Policy. **Bulletin of the Atomic Scientists**, vol.10, no.3, 1954, pp. 87-92. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00963402.1954.11453432>. Acesso em 16/04/20214.

PARMAR, Inderjeet. **Foundations of the American Century: The Ford, Carnegie, and Rockefeller foundations in the rise of American power.** New York: Columbia University Press, 2012.

PICARD, Louis A.; KARASZIA, Zachary A. The Truman Administration's Foreign Aid Legacy. From the Cold War to the war on terrorism. *In*: HESELBRACHT, Raymond H. (ed). **Foreign Aid and the Legacy of Harry S. Truman.** Kirksville, MO: Truman State University Press, 2015.

RIST, Gilbert. **The History of Development: from Western origins to global faith.** Londres & Nova York: Zed Books, 2008.

ROSE, John K. Needs and resources of the Brave New World. **The Annals of American Academy of Political and Social Science**, vol. 268, Aiding Underdeveloped Areas Abroad, mar, 1950, pp. 9-21.

SALVATORE, Ricardo D. **Disciplinary Conquest: U.S. Scholars in South America, 1900-1945.** Durham and London: Duke University Press, 2016.

WILCOX, Francis O. The United Nations Program for Technical Assistance. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, vol 268, issue 1, Mar. 1950. Pp. 45-53.